



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638410 - SP (2021/0000751-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : JORGE LUIS ROSA DE MELO
ADVOGADO : JORGE LUIS ROSA DE MELO - SP324592
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEXANDRE FARIA FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXANDRE FARIA FERREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* n. 2268536-50.2020.8.26.0000).

O paciente, que se encontra submetido ao cumprimento da pena de 2 anos e 4 meses, pela prática do crime de furto qualificado, teve a regressão do regime aberto para o fechado em razão da prática de atos de indisciplina e do descumprimento das condições impostas para o regime mais brando (fls. 52-53).

O impetrante sustenta a ilegalidade da medida, ao argumento de que o paciente foi absolvido na seara criminal pelos fatos que ensejaram a regressão de regime.

Requer, liminarmente, o restabelecimento do regime aberto em favor do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente